

Demonstrações Financeiras e  
Relatório da Administração  
2014



**Eletrobras**  
Eletropar

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

Senhores Acionistas,

A Administração da Eletrobrás Participações S.A. – ELETROPAR, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 27 de março de 2015, e do Parecer do Conselho Fiscal, datado de 27 de março de 2015, bem como breve relato dos fatos mais relevantes que marcaram a gestão no ano de 2014.

### ATIVIDADE OPERACIONAL

A ELETROPAR, criada pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, sob a denominação social de Light Participações S.A. – LIGHTPAR, é uma Sociedade por Ações de Capital Aberto, controlada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo por objeto social principal a participação no capital social da Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A. e de outras sociedades.

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira caracterizada pela ausência de endividamento financeiro e alta liquidez, como se identifica a seguir:

	2014	2013
Liquidez Geral	4,94	5,59
Liquidez Corrente	48,88	30,59
Endividamento total sobre Ativo	8,24%	6,90%
Retorno do Patrimônio Líquido	(2,09%)	2,37%
Margem Líquida	(27,98%)	112,98%

Em relação ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria Geral da União (CGU-Regional/RJ), foram cumpridas todas as obrigações relacionadas com a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna RAINIT, tendo sido a ELETROPAR dispensada da Prestação de Contas (TCU) relativa aos exercícios de 2010 a 2012 nos termos da DNs nºs. 110/2010, 117/2011 e 124/2012. A prestação de contas do exercício de 2013 acompanhada do relatório de gestão, foi apresentada conforme DNs nºs 127/2013 e 132/2013. Já a prestação de contas do exercício de 2014, bem como o relatório de gestão serão apresentados no exercício de 2015, conforme DNs nºs 140/2014, e 134/2013, alterada pela 139/2014.

O resultado do exercício veio melhorando ao longo das Demonstrações Financeiras Intermediárias apresentadas em 2014, porém a companhia ainda apresentou resultado negativo, finalizando com um prejuízo de R\$ 2.944, basicamente em razão das provisões efetuadas no 1º e 3º trimestres de 2014, no montante de R\$ 13.935, referente sua investida Eletropaulo. Este Prejuízo foi totalmente compensado pela reserva legal.

### PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A posição dos investimentos da ELETROPAR, em 31/12/2014, apresentou a seguinte composição:

EMPRESA	TIPO	QUANTIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)
CTEEP <sup>1</sup>	PN	1.060.225	0,65
Eletropaulo <sup>2</sup>	PNB	2.095.644	1,25
EMAE <sup>3</sup>	PN	523.911	1,42
Energias do Brasil <sup>4</sup>	ON	1.485.678	0,31
CPFL Energia <sup>5</sup>	ON	1.703.600	0,18

<sup>1</sup> Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. – CTEEP  
<sup>2</sup> Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO  
<sup>3</sup> Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE  
<sup>4</sup> EDP Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL  
<sup>5</sup> CPFL Energia S.A. – CPFL Energia

As participações nas investidas CTEEP e EMAE são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato da controladora da ELETROPAR, a ELETROBRAS, possuir participação nas mesmas empresas que as caracteriza como coligadas.

Nas demais investidas foi realizada a mensuração, através da aplicação do método do valor justo, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado. A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Apresentamos a seguir o valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:

	2014	2013
Eletropaulo	18.148	19.614
Energias do Brasil	13.326	16.862
CPFL Energia	31.500	32.521
<b>Total</b>	<b>62.974</b>	<b>68.997</b>

### NEGÓCIO ELETRONET

A conclusão das obrigações e dos direitos da Companhia com relação a EletroNET S.A está subordinada à conclusão do processo de falência com continuidade do negócio, em curso perante à 5ª Vara de Falência e Concordata, dados os recursos ainda pendentes de julgamento.

Maiores detalhes são apresentados na nota explicativa nº 8, às Demonstrações Financeiras de 2014.

### COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 118.054, dividido em 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária assim se apresenta, em 31 de dezembro de 2014:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	(%)
ELETROBRAS	1	9.848.901	83,71
Minoritários	28.857	1.915.988	16,29
<b>Total</b>	<b>28.858</b>	<b>11.764.889</b>	<b>100,00</b>

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 11,98 por ação. Em 31 de dezembro de 2013, o valor patrimonial foi de R\$ 12,06, por ação.

### RELACIONAMENTO COM O MERCADO DE CAPITAIS

O relacionamento com os investidores e analistas do mercado de capitais, bem como de instituições financeiras, foi realizado pelo Diretor Superintendente das e de Relações com Investidores. O atendimento aos acionistas foi efetuado pelo Banco Bradesco, como instituição financeira depositária das ações, e pela própria ELETROPAR.

A seguir, o quadro contendo resumo das negociações ocorridas na BOVESPA:

#### 1. Mercado à Vista (lote-padrão)

	2014	2013
Quantidade	16.900	21.400
Volume (R\$)	857.556	1.066.476,00
Nº de negócios	48	70
Fechamento (R\$ / ação)	51,40	49,45

#### 2. Mercado Fracionário

	2014	2013
Quantidade	1.375	2.082
Volume (R\$)	67.265,37	100.940,38
Nº de negócios	125	132
Fechamento (R\$ / ação)	49,86	49,45

#### 3. Mercado a Termo

	2014	2013
Quantidade	12.000	15.000
Volume (R\$)	646.905,36	783.025,73
Nº de negócios	26	29

### RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado da ELETROPAR é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

A ELETROPAR apresentou no quarto trimestre de 2014, lucro no valor de R\$ 399 superior em 124,38% ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve prejuízo de R\$ 1.637. No exercício de 2014, a companhia apresentou prejuízo de R\$ 2.944, totalmente compensado pela reserva legal, sendo 187,54% inferior ao apresentado no exercício social anterior, quando a empresa alcançou lucro líquido no valor de R\$ 3.363.

As Receitas Totais de 2014, no montante de R\$ 16.358, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 127,27% superiores àquelas auferidas no exercício social de 2013, estas no montante de R\$ 7.197.

O aumento na Receita Total se explica em decorrência da elevação na receita de equivalência, principalmente, referente ao ajuste realizado na

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em milhares de Reais)

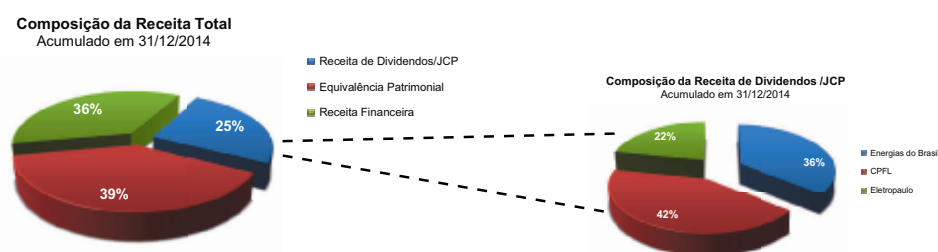
ATIVO		31/12/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>	Nota		
Caixa e Equivalentes Caixa	5	14.529	54.240
Títulos de Valores Mobiliários	6	42.075	-
Remuneração dos investimentos	7	552	1.211
Ativos fiscais a compensar	9	2.518	1.803
		<b>59.674</b>	<b>57.254</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
Ativos fiscais a compensar	9	2.741	2.741
Depósitos judiciais	12	51	48
		<b>2.792</b>	<b>2.789</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	10		
Avaliados por equivalência patrimonial		28.035	23.548
Avaliados a valor justo		62.974	68.997
		<b>90.009</b>	<b>92.545</b>
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>57</b>	<b>28</b>
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>19</b>	<b>19</b>
		<b>93.877</b>	<b>95.381</b>
		<b>153.551</b>	<b>152.635</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Remuneração aos acionistas	13	0	800
Contas a pagar	11	876	817
Tributos e contribuições sociais		134	33
Obrigações estimadas		211	221
		<b>1.221</b>	<b>1.871</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contrib. social diferidos	11	11.428	8.860
		<b>11.428</b>	<b>8.860</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	13		
Capital social		118.054	118.054
Reserva legal		215	3.159
Dividendo adicional proposto		-	2.401
Ajustes de avaliação patrimonial		22.633	18.290
Prejuízos acumulados		-	-
		<b>140.902</b>	<b>141.904</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>153.551</b>	<b>152.635</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

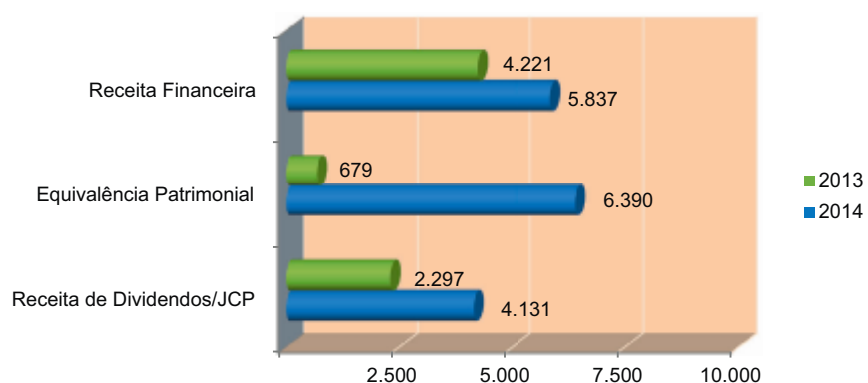
equivalência da coligada EMAE, e do reconhecimento de dividendos declarados pelas investidas Eletropaulo, Energias do Brasil e CPFL. (vide gráfico 2) O rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial (das investidas CTEEP e EMAE) e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas demais investidas (Eletropaulo, EDP Energias e CPFL) que são avaliadas ao valor justo por meio do patrimônio líquido.

Apresentamos a seguir a composição das receitas no exercício social de 2014:

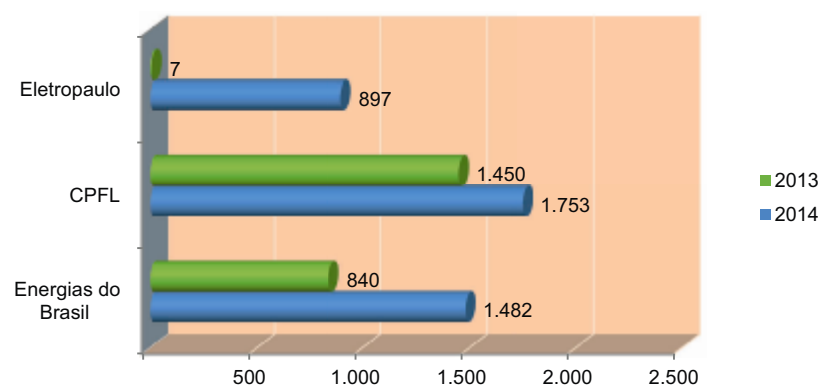
### Gráfico 1: Composição da Receita Total



### Gráfico 2: Comparativo 2014 versus 2013 - Receitas Totais



### Gráfico 3: Comparativo 2014 versus 2013 - Receita de Dividendos/JCP por investida



O Resultado Financeiro em 2014, no montante de R\$ 5.665, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil, apresentou aumento de 65,84% quando comparado ao apurado no exercício de 2013, cujo valor foi de R\$ 3.416. Tal efeito pode ser explicado pela elevação da taxa que rentabiliza os fundos.

Em relação às Despesas Operacionais, que alcançou o montante de R\$ 18.611, em 2014, observa-se um aumento na ordem de 516,26%, em relação ao exercício de 2013, quando seu valor foi de R\$ 3.020.

Importante ressaltar que no ano de 2014, foram reconhecidas a perda na subscrição das ações da CTEEP e a provisão para redução ao valor recuperável das ações da Eletropaulo, no montante total de R\$ 14.614 e, em 2013 foi realizada reversão de provisão no valor de R\$ 1.712. Assim, caso tais perdas e reversões não tivessem sido realizadas as despesas operacionais em 2014 e 2013 totalizariam, respectivamente, o valor de R\$ 3.997 e R\$ 4.733. Ou seja, a comparação do montante de despesas operacionais do exercício de 2014 com o de 2013 (ajustado sem o efeito das perdas e da reversão da provisão) mostraria uma redução na ordem de 15,53%, em função da redução dos gastos com pessoal, propaganda e publicidade, e tributos e contribuições.

Cabe destacar que o resultado da Companhia foi negativamente impactado pelo reconhecimento, no primeiro trimestre de 2014, da redução ao valor recuperável do investimento que a ELETROPAR mantém em sua investida Eletropaulo, no montante de R\$ 13.810 e, no terceiro trimestre de 2014, no montante de R\$ 125, cujos ganhos e perdas líquidas de imposto de renda e contribuição social vinham sendo registradas no resultado abrangente. Quando da ocorrência da perda significativa de valor desse investimento, a Companhia reconheceu a redução ao valor recuperável no resultado do exercício. Positivamente, o resultado foi afetado pela equivalência patrimonial da investida EMAE, no valor de R\$ 5.251. Caso não tivesse sido realizada a provisão, o lucro seria de R\$ 10.991, o que seria 226,86% superior em relação ao resultado do exercício anterior.

### PRINCIPAIS INDICADORES

A seguir, os principais indicadores econômicos e financeiros da ELETROPAR, relativos ao exercício de 2014, comparados com os de 2013:

	2014	2013
Receitas Operacionais	10.521	2.976
Receitas Financeiras	5.837	4.221
Receita Total	16.358	7.197
EBITDA (R\$ Mil)	(8.070)	(30)
Lucro Líquido (R\$ Mil)	(2.944)	3.363
Margem EBITDA (%)	(76,70)	(1,01)
Margem Líquida (%)	(27,98)	112,98
Lucro Por Ação – Básico e Diluído (R\$)	(0,25023)	0,28583

### PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Conforme definição expressa no parágrafo único do artigo 189 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. Dessa forma, a reserva legal foi utilizada para a compensação do prejuízo do exercício, conforme supracitado artigo, combinado com o parágrafo 2º do artigo 193 da Lei 6.404/76.

### AUDITOR INDEPENDENTE

Nos termos da Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia passou a utilizar os serviços de auditoria independente fornecidos pela KPMG Auditores Independentes, a partir de março de 2014, que incluem a auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informativos contábeis, para um período de 3 (três) anos. A Companhia desde então não possui com os referidos Auditores nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de Auditoria Independente.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria externa, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

### AGRADECIMENTOS

Finalizando, agradecemos a confiança e o apoio dos Senhores Acionistas, bem como a dedicação e o empenho de todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso da gestão da ELETROPAR, neste exercício.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015.

A Administração

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(em milhares de Reais)

		01/01/14 a 31/12/14	01/01/13 a 31/12/13
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	Nota		
Dividendos		3.715	2.206
Juros sobre capital próprio		416	91
Participação societária		6.390	679
		<b>10.521</b>	<b>2.976</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal/honorários		(2.424)	(2.659)
Materiais e produtos		(57)	(84)
Viagens, condução e treinamento		(55)	(44)
Serviços de terceiros		(714)	(724)
Propaganda e publicidade		(393)	(507)
Tributos e contribuições		(187)	(533)
Aluguel, condomínio e IPTU		(82)	(81)
Reversão (Provisões) operacionais		-	1.712
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	10	(13.935)	-
Perda na subscrição		(679)	-
Outras		(85)	(100)
		<b>(18.611)</b>	<b>(3.020)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(8.090)</b>	<b>(44)</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>			
Receitas financeiras		5.837	4.221
Despesas financeiras		(172)	(805)
		<b>5.665</b>	<b>3.416</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>5.665</b>	<b>3.416</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(2.425)</b>	<b>3.372</b>
Imposto de renda e contribuição social	12	(519)	(9)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>(2.944)</b>	<b>3.363</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO</b>			
Básico e Diluído		(0,25023)	0,2858

A notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(em milhares de Reais)

	01/01/14 a 31/12/14	01/01/13 a 31/12/13
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(2.944)</b>	<b>3.363</b>
Ganhos (perdas) decorrentes da avaliação ao valor justo de investimentos disponíveis para venda em sociedades não controladas e sem influência significativa	(5.899)	(21.221)
(-) IR/CS diferidos sobre avaliação ao valor justo	2.127	7.215
Outros resultados abrangentes - coligadas	(146)	1.239
Ajuste de reclassificação - invest. aval. a valor justo (líquido de IR/CS)	9.115	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>2.253</b>	<b>(9.404)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>118.054</b>	<b>2.991</b>	<b>9.581</b>	<b>31.057</b>	<b>(0)</b>	<b>161.683</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.363	3.363
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	(14.006)	-	(14.006)
Outros Resultados abrangentes - Coligadas	-	-	-	1.239	-	1.239
Aprovação do dividendo adicional pela AGO	-	-	(9.581)	-	-	(9.581)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	7	7
Destinação do Resultado:						
Constituição de Reserva Legal	-	168	-	-	(168)	-
Dividendo adicional proposto	-	-	2.401	-	(2.401)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(800)	(800)
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>118.054</b>	<b>3.159</b>	<b>2.401</b>	<b>18.290</b>	<b>(0)</b>	<b>141.904</b>
Aprovação do dividendo adicional pela AGO, de 30/04/14	-	-	(2.401)	-	-	(2.401)
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	(3.773)	-	(3.773)
Outros Resultados abrangentes - Coligadas	-	-	-	(999)	-	(999)
Ajuste de reclassificação - invest. aval. a valor justo (líquido de IR/CS)	-	-	-	9.115	-	9.115
Prejuízo do período	-	-	-	-	(2.944)	(2.944)
Absorção do Prejuízo com Reversão Reserva Legal	-	(2.944)	-	-	2.944	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>118.054</b>	<b>215</b>	<b>0</b>	<b>22.633</b>	<b>0</b>	<b>140.902</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(em milhares de Reais)

	01/01/14 a 31/12/14	01/01/13 a 31/12/13
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(2.944)	3.363
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	20	14
Resultado de participações societárias	(6.194)	(679)
Perda na aquisição de participação acionária	679	-
Provisão para perdas em investimentos disp. p/ venda	13.935	-
Provisões	-	(1.712)
Sub total	5.496	986
(Acréscimos) decréscimos nos ativos operacionais		
Remuneração dos investimentos	659	(265)
Ativos fiscais a compensar	(715)	(858)
Títulos de Valores Mobiliários	(42.074)	-
	(42.130)	(1.123)
Acréscimos (decrécimos) nos passivos operacionais		
Tributos e contribuições sociais	101	(120)
Contas a pagar	59	416
Obrigações estimadas	(9)	(1)
	151	295
Dividendos recebidos	1.544	-
Resgate de depósitos administrativos	-	1.730
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(34.939)</b>	<b>1.888</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamento de dividendos	(3.202)	(12.775)
Outros	-	7
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(3.202)</b>	<b>(12.768)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de ativo imobilizado/intangível	(50)	(15)
Aquis. Investimentos	(1.520)	-
Dividendos recebidos	-	1.331
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>(1.570)</b>	<b>1.316</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(39.711)</b>	<b>(9.564)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>54.240</b>	<b>63.804</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>14.529</b>	<b>54.240</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(39.711)</b>	<b>(9.564)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

(em milhares de Reais)

	01/01/14 a 31/12/14	01/01/13 a 31/12/13
<b>1 - RECEITAS</b>	-	-
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.284)	(1.447)
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	(13.935)	1.712
Perda na subscrição	(679)	-
	(15.898)	265
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(15.898)</b>	<b>265</b>
<b>4 - RETENÇÕES</b>		
Depreciação, amortização e exaustão	(20)	(14)
	(20)	(14)
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA</b>	<b>(15.918)</b>	<b>251</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
Receitas Financeiras	5.837	4.221
Participações societárias, dividendos e juros sobre o capital próprio	10.521	2.976
	16.358	7.197
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>440</b>	<b>7.448</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Remuneração direta	2.039	2.341
Impostos, Taxas e Contribuições	1.091	860
Remuneração do capital de terceiros	254	885
Remuneração do capital próprio:		
Lucro (Prejuízo) do exercício	(2.944)	-
Lucros retidos	-	2.562
Dividendos	-	800
	440	7.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto os mencionados em contrário)

### NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, foi criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO, da Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE, da CPFL Energia S.A. – CPFL Energia e da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica no Estado de São Paulo, e também, da Eletronet S.A. – ELETRONET, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

Vale registrar que a ELETROPAR continua inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND, nos termos do Decreto nº 1.836, de 14 de março de 1996.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as Demonstrações Financeiras em 27 de março de 2015.

### NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras não foram alteradas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

#### 2.2. Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como "mantido para venda", caso em que é contabilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As exigências do Pronunciamento Técnico CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Companhia em uma coligada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando a Companhia realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionadas à Companhia.

A Companhia está apresentando nas demonstrações de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2014 o montante de dividendos recebidos de suas coligadas no montante de R\$1.544, como atividades operacionais. No exercício anterior, esses dividendos estavam apresentados nas demonstrações de fluxo de caixa como atividades de investimento, no montante de R\$ 1.331.

#### 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez,

com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

#### 2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

##### 2.4.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros "disponíveis para venda". A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação e, posteriormente, avaliados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo dos investimentos classificados como "disponível para venda", são reconhecidos no patrimônio líquido. A remuneração obtida de instrumentos de patrimônio líquido, classificados como disponível para venda, é reconhecida como receita, quando é estabelecido o direito de recebimento.

##### 2.4.1.1. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando a Companhia retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e a Companhia retém o controle), a Companhia aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que não é mais reconhecida, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes.

#### 2.5. Remuneração dos investimentos

Representa o valor a receber referente a dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente das participações detidas pela Companhia.

#### 2.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Máquinas e Equipamentos.....	10-15 anos
Direitos de Uso de Software .....	5 anos
Móveis, utensílios e equipamentos .....	3-8 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

#### 2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

#### 2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. Os impostos diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias, decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

#### 2.9. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

#### 2.10. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

#### 2.11. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

#### 2.11.1. Receita Financeira

A receita financeira representa os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

#### 2.12. Apuração do resultado do exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

#### 2.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

#### 2.14. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

##### a) CPC

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

##### b) Legislação Tributária

No dia 14 de maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, veio a ser convertida na atual Lei 12.973/14 a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei 12.973/14 têm vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, sendo facultada aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014.

A administração optou pela não adoção de antecipação prevista na referida legislação tendo em vista que não havia sido identificado nenhum benefício para a Companhia e ainda pelo fato da RFB não ter emitido regulamentação acerca do tratamento a ser aplicado diante de eventuais diferenças (entre RTT e o novo regime) na apuração de impostos ocorrida durante o período de 2014.

#### NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

##### 3.1. Fatores de Risco Financeiro

###### I – Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

###### II – Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em fundo extramercado mantido no Banco Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

###### III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras no fundo extramercado mantido no Banco do Brasil são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

##### Análise de sensibilidade

	Cenário base	Cenário Provável	Cenário Remoto	Cenário Possível
	10,32%	11,00%	8,00%	9,00%

Rendimento das Aplicações Financeiras 5.837 6.222 4.525 5.090

#### 3.2. Gestão de Capital

A ELETROBRÁS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas. A Companhia não possui dívida com terceiros.

#### 3.3. Estimativa do valor justo

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

**Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representar em transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

**Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

**Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se, qualquer evidência desse tipo, existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

As perdas por valor recuperável reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado.

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2014.

	31/12/14		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	62.974	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	56.560	-	-
	<b>119.534</b>	-	-
	31/12/13		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	68.997	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	54.205	-	-
	<b>123.202</b>	-	-

#### NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	31/12/14		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	62.974	62.974
Aplicações financeiras	56.560	-	56.560
	<b>56.560</b>	<b>62.974</b>	<b>119.534</b>
	31/12/13		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	68.997	68.997
Aplicações financeiras	54.205	-	54.205
	<b>54.205</b>	<b>68.997</b>	<b>123.202</b>

#### NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto Lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e Bancos	44	35
Aplicações Financeiras	14.485	54.205
	<b>14.529</b>	<b>54.240</b>

#### NOTA 6 – TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS - TVM

As aplicações financeiras encontram-se em fundos de investimento financeiro – extramercado FAE e FAE2, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

	Indexador	Saldo em 31/12/2014
LTN (venc. Até 90 dias)	pré-fixado	14.485
LTN (venc. Após 90 dias)	pré-fixado	42.075
		-
		<b>56.560</b>

#### NOTA 7 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	31/12/2014	31/12/2013
EDP – Energias do Brasil	353	78
Eletropaulo	-	-
CTEEP	199	1.113
EMAE	-	20
	<b>552</b>	<b>1.211</b>

#### NOTA 8 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

Sob a coordenação da ELETROBRÁS, as concessionárias CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL e FURNAS, denominadas EMPRESAS CEDENTES, desenvolveram o negócio de provimento de meios de transporte de sinais de informações, utilizando parte da sua infraestrutura e dos seus cabos de fibras ópticas. Dessa forma, viabilizaram não só a exploração do negócio de transporte de sinais de informações, como também a atividade de prestação de serviços de telecomunicações.

As EMPRESAS CEDENTES se associaram com a iniciativa privada e, também, com a ELETROPAR, que foi identificada como uma empresa da ELETROBRÁS que apresentava a estrutura legal e estatutária compatível com os propósitos negociais que se pretendiam, e que seria a preposta daquelas junto ao sócio privado.

A ELETROPAR detém 49% do capital social da Eletronet S.A. e a sua atuação era reparar os rendimentos do negócio às EMPRESAS CEDENTES, cabendo-lhe somente a remuneração a título de administração e o ressarcimento de suas despesas por conta desse negócio. O sócio privado, porém, deixou de honrar com seus compromissos, o que culminou com o requerimento de falência com continuidade do negócio, no ano de 2003.

O requerimento de falência com continuidade do negócio está em trâmite junto a 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, cuja magistrada acolheu o pedido de confissão de falência, nos moldes requeridos pela autora, encontrando-se a administração da ELETRONET a cargo do Poder Judiciário. Diversos recursos foram interpostos pelas partes envolvidas, vários deles ainda pendentes de julgamento.

Cumprе ressaltar que, a Promotora de Massas Falidas, em meados de 2007, declarou, nos autos do processo de falência, não existir qualquer indício de prática de crime falimentar e que a pretensão punitiva prescreveu em 5 de maio de 2007.

Em dezembro de 2009, a União Federal requereu o seu ingresso nos autos da falência. O Ministério Público se manifestou favorável à admissão da União Federal como interveniente no processo, tendo o M.M. Juiz admitido a mesma no feito naquela qualidade.

Nesta mesma época, as EMPRESAS CEDENTES ingressaram com uma Reclamação requerendo a imissão na posse dos bens da ELETRONET, cujo Relator deferiu o pedido de liminar concedendo às Reclamantes a pretensão almejada. O correspondente mandado foi cumprido no dia 15 de dezembro de 2009.

Entre o período mencionado anteriormente e a data de conclusão dessas demonstrações financeiras, não ocorreram movimentações relevantes no processo.

Os créditos junto à ELETRONET derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas, atualização monetária e juros sobre receita de aluguel de infraestrutura, diferidos no período compreendido entre fevereiro e novembro de 2002, além de multa por atraso de pagamento dos meses subsequentes, estão contemplados nesta rubrica. Além disso, os valores a receber das concessionárias, FURNAS, CHESF, ELETROSUL e ELETRONORTE, relativos à taxa de administração e ressarcimento de despesas operacionais, estão também classificados neste item.

	31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber – Cedentes	13.674	13.674
Contas a receber – Eletronet	59.145	59.145
Obrigação com as Empresas Cedentes	(58.471)	(58.471)
Adiantamentos	(1.877)	(1.877)
Outros créditos a pagar	(1.121)	(1.121)
Contas a receber líquido	<b>1.350</b>	<b>1.350</b>
Provisão para perdas	(1.350)	(1.350)
	-	-

A ELETROPAR detém, em 31 de dezembro de 2014, créditos da ordem de R\$ 72.819, na qualidade de credora da ELETRONET, em nome das empresas cedentes, e débitos de R\$ 71.469 com as empresas cedentes, vinculados ao recebimento dos créditos.

A diferença entre os saldos ativos e passivos, que reflete a taxa de comissionamento de R\$ 1.350, foi integralmente provisionada.

#### NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAÇÃO

	31/12/2014	31/12/2013
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	210
IRRF sobre aplicações financeiras	877	764
IRRF – exercícios anteriores	4.378	3.566
CSSL - antecipada	4	4
	<b>5.259</b>	<b>4.544</b>
Circulante	2.518	1.803
Não Circulante	2.741	2.741
	<b>5.259</b>	<b>4.544</b>

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Tributos sobre o Lucro.

#### NOTA 10 - INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da ELETROPAR em 31 de dezembro de 2014 está distribuída da seguinte forma:

##### I – Empresas avaliadas pelo valor justo

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	2014	2013			
Eletropaulo <sup>1</sup>	18.148	19.614	PNB	2.095.644	1,25
Energias do Brasil <sup>2</sup>	13.326	16.862	ON	1.485.675	0,31
CPFL Energia <sup>3</sup>	31.500	32.521	ON	1.703.600	0,18
	<b>62.974</b>	<b>68.997</b>			

<sup>1</sup> Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO

<sup>2</sup> EDP Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL

<sup>3</sup> CPFL Energia S.A. – CPFL Energia

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado, a Companhia passou a avaliar os referidos títulos patrimoniais em outras sociedades pelo seu valor justo (valor de mercado). A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, dado que a Companhia classifica esses instrumentos financeiros como disponíveis para venda.

##### II – Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A ELETROPAR detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a ELETROBRÁS, possuir participação nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	1.060.225	0,655
EMAE	PN	523.911	1,420

##### Mutação dos Investimentos

	CTEEP	EMAE	TOTAL
<b>Saldo em 31/12/13</b>	<b>18.140*</b>	<b>5.408</b>	<b>23.548</b>
Subscrição	1.516	-	1.516
Perda na subscrição	(679)	-	(679)
Ajuste de equivalência	876	(387)	489
Reversão de Provisão	-	5.448	5.448
Ajuste Reapresentação EMAE	-	256	256
Dividendos	(1.480)	(64)	(1.544)
Outros resultados abrangentes	-	(999)	(999)
<b>Saldo em 31/12/14</b>	<b>18.373</b>	<b>9.662</b>	<b>28.035</b>

\* Patrimônio Líquido ajustado para adequação às políticas contábeis aplicadas nas Demonstrações Financeiras do Sistema Eletroras.

	Ajuste Patrimônio Líquido CTEEP	
	CTEEP	Partic. 0,66%
<b>Patrimônio Líquido 31/12/14</b>	<b>5.165.045</b>	<b>33.831</b>
Ajustes exercícios anteriores	(2.124.090)	(14.035)
Ajustes ano corrente 2014	(217.208)	(1.423)
<b>Saldo ajustado em 31/12/14</b>	<b>2.823.747</b>	<b>18.373</b>

Com base na reapresentação realizada pela EMAE de suas Demonstrações Financeiras de 31/12/2013, quando da apresentação desse período na divulgação do ITR referente ao segundo trimestre de 2014, a Companhia considera que houve o alinhamento das políticas contábeis, sendo desnecessária manutenção do ajuste reconhecido no Patrimônio Líquido da investida.

##### Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

As empresas investidas, CTEEP e EMAE, foram afetadas pelos termos definidos na Medida Provisória nº 579/11, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013.

No que se refere a investida EMAE, a empresa possui o contrato 002/2004-ANEEL afetado pela nova regulamentação. Em 03 de dezembro de 2012, a investida divulgou fato relevante informando que em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada

- 50% à vista (o recebimento ocorreu em 18 de janeiro de 2013);
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2014, a investida CTEEP possui registrado o valor de R\$1.490.986, aos ativos de transmissão anteriores a maio de 2000 (objeto da concessão afetada pela Medida Provisória nº 579/11, convertida na Lei nº 12.783/13). A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos ocorrerá apenas após a homologação pelo órgão regulador. Considerando a participação da Companhia na referida investida, o montante é de R\$ 9.766.

**Ativo reversível da concessão (EMAE)**

A investida Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A - EMAE mantém contabilizado ativo reversível, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da investida a serem indenizados pelo Poder Concedente, após fiscalização e definição dos valores com base no VNR pela ANEEL, nos termos do art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e a Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013. A Administração da EMAE apresentou para a ANEEL em 04 de junho de 2014 a relação dos investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados. A Administração da EMAE informa que até 31 de dezembro de 2014 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados tampouco há indicações de perda de realização. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia. O possível efeito desta incerteza na Companhia é no montante de R\$ 3.896 Mil.

**II.1 Ativo e Passivo Coligadas**

31/12/2014						
Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
CTEEP	0,65	1.856.289	5.285.850	572.630	1.404.464	5.165.045
EMAE	1,42	312.681	781.538	103.149	991.070	680.554

**II.2 Resultado Coligadas**

31/12/2014						
Coligadas	Receita Operacional Líquida	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização
CTEEP	1.102.788	154.225	(142.334)	(80.475)	379.732	(8.860)
EMAE	145.060	37.577	(1.163)	(10.254)	(27.163)	(2.098)

**III – Saldo total de investimentos em participações societárias**

	31/12/14	31/12/13
Avaliados ao valor justo	62.974	68.997
Avaliados por equivalência patrimonial	28.035	23.548
	<b>91.009</b>	<b>92.545</b>

**NOTA 11 – CONTAS A PAGAR**

	31/12/2014	31/12/2013
Eletrobras	788	740
ABRA RIO Prest. de Serv. Terceirizados Ltda	38	36
Hope Recursos Humanos S.A	-	-
Outros	50	41
	<b>876</b>	<b>817</b>

**NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social**

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:	(2.425)	3.372
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%):	(825)	1.146
Efeitos de adições e (exclusões):		
Equivalência patrimonial e dividendos		
Provisão p/ perdas – investimentos disp. p/ venda	(3.481)	(981)
Outros	4.738	(157)
	1.344	(1.137)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado</b>	<b>519</b>	<b>9</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-</b>	<b>0,27%</b>

**II – Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

<b>Saldo em 31/12/13</b>	<b>8.860</b>
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	(3.378)
IR/CS diferidos – reclassificação de perda para resultado do período	5.946
(=) Movimento do período	2.568
<b>Saldo em 31/12/14</b>	<b>11.428</b>

**NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**I – Capital Social**

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2014 está assim representada:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS		AÇÕES	
	Quantidade	Participação (%)	Quantidade	Participação (%)
ELETOBRAS	1	83,71	9.848.901	83,71
Minoritários	28.857	16,29	1.915.988	16,29
	<b>28.858</b>	<b>100,00</b>	<b>11.764.889</b>	<b>100,00</b>

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 11,98 por ação (R\$ 12,06 por ação, em 31 de dezembro de 2013).

**II – Reserva Legal**

A reserva legal é constituída anualmente à base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação e não excederá 20% do capital social, conforme definição expressa no artigo 193 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Tal reserva de lucros somente poderá ser utilizada para compensação de prejuízos e aumento do capital social, conforme o parágrafo 2º do supracitado artigo. Dessa forma, apresentamos a seguir a mutação da reserva legal no exercício de 2014:

<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>3.159</b>
Absorção do prejuízo do exercício	(2.944)
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>215</b>

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da Eletrobras Participações S.A - Eletropar Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletrobras Participações S.A. – Eletropar (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Eletrobras Participações S.A. – ELETROPAR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 27 de março de 2015.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015.

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo *Diretor-Presidente* Jorge José Teles Rodrigues *Diretor Superintendente e de Relações com Investidores*

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – KPMG, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Eletrobras Participações S.A. – ELETROPAR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em reunião realizada em 27 de março de 2015.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015.

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo *Diretor-Presidente* Jorge José Teles Rodrigues *Diretor Superintendente e de Relações com Investidores*

**NOTA 14 – LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO**

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

	31/12/14	31/12/13
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(2.944)	3.363
Média ponderada do número de ações ordinárias (milhares)	11.764	11.764
<b>Lucro básico e diluído por ação ordinária</b>	<b>(0,25)</b>	<b>0,29</b>

**NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadrar-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas partes partes ou prejuízos à Companhia.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a Eletropar possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

**I – Controladora**

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletrobras são apresentados a seguir:

	31/12/14	31/12/13
PASSIVO		
Contas a pagar <sup>a</sup>	788	740
Dividendos a pagar	-	670
	<b>788</b>	<b>1.410</b>

**RESULTADO**

Gastos com pessoal requisitado	2.139	1.993
	<b>2.139</b>	<b>1.993</b>

**II – Coligadas**

	31/12/14	31/12/13
CTEEP		
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	1.480	1.310
Participação Societária	18.373	18.140
	<b>19.853</b>	<b>19.450</b>

**RESULTADO**

	31/12/14	31/12/13
Perda na subscrição	(679)	-
Resultado com participações societárias	878	5.673
	<b>198</b>	<b>5.673</b>

**EMAE**

	31/12/14	31/12/13
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	64	20
Participação Societária	9.662	5.407
	<b>9.726</b>	<b>5.427</b>

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Outros resultados abrangentes	(999)	1.239
	<b>(999)</b>	<b>1.239</b>

**RESULTADO**

	31/12/14	31/12/13
Resultado com participações societárias	5.317	(4.994)
	<b>5.317</b>	<b>(4.994)</b>

<sup>4</sup> Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à Eletrobras em função dos seguintes itens:

- Convênio firmado entre Eletrobras e Eletropar para utilização, pela Eletropar, da infra-estrutura administrativa da Eletrobras, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da Eletropar, cujo espaço físico está sublocado pela Eletrobras à Eletropar, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à Eletrobras dos gastos com o pessoal requisitado pela Eletropar à Eletrobras.

**III – Eletronet e empresas cedentes**

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e as empresas cedentes é apresentado na nota explicativa nº 8.

**IV – Remuneração do pessoal-chave da administração**

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	31/12/14	31/12/13
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	945	884
Encargos Sociais	283	319
Benefícios	37	133
	<b>1.265</b>	<b>1.336</b>

**NOTA 16 – Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais**

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências.

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Segue abaixo os processos judiciais, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro possível.

Natureza	Valor
Trabalhista	456
<b>TOTAL</b>	<b>456</b>

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo *Diretor-Presidente* Jorge José Teles Rodrigues *Diretor Superintendente e de Relações com Investidores*

Eduardo da Costa Ramos *Contador*  
 CRC-RJ 091.422/O-9

**Conselho de Administração**

Armando Casado de Araujo *Presidente*

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo *Conselheiro*

Carlos Alberto Policaro *Conselheiro*

Paulo Hermínio Duque Costa *Conselheiro*

**Conselho Fiscal**

André de Sosa Verri *Presidente*

Luiz Manoel Claro Soares *Conselheiro*

Fernanda Elias Porto *Conselheira*

**Opinião sem ressalva**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrobras Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

**Ênfases**

Conforme mencionado na nota 10, a investida Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A - CTEEP possui o ativo referente a investimentos de transmissão no montante de R\$ 1.490.986 mil (feito na Companhia - R\$ 9.766 mil) que foi determinado com base em premissas da administração da investida e que será ainda objeto de homologação por parte do órgão regulador. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

**Outros assuntos**

**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação foram anteriormente auditadas, por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 27 de março de 2014, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes  
 CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Carla Bellangero  
 Contadora CRC 1SP196751/O-4

Danilo Siman Simões  
 Contador CRC 1MG058180/O2T-SP

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Eletrobras Participações S.A. – ELETROPAR, em cumprimento ao disposto nos incisos II e VII, do Artigo 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em reunião realizada a partir das 10h de hoje, examinaram o Relatório da Administração; a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras; a Declaração dos Dirigentes sobre o Relatório dos Auditores Independentes; o Balanço Patrimonial; a Demonstração do Resultado do Exercício; a Demonstração do Resultado Abrangente; a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido; a Demonstração dos Fluxos de Caixa; a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada às 14h30m desta mesma data, bem como o Relatório da KPMG Auditores Independentes, também desta data, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, sem ressalva, observando-se a Ratificação do parágrafo de ênfase no Relatório dos Auditores Independentes da KPMG-AUDITORES INDEPENDENTES, relativo à investida Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP, nos seguintes termos: "Conforme mencionado na Nota 10, a investida CTEEP possui o ativo referente a investimentos de transmissão no montante de R\$ 1.490.986 (feito na ELETROPAR – R\$ 9.766 mil) que foi determinado com base em premissas da administração da investida e que será ainda objeto de homologação por parte do órgão regulador. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto". Assim sendo, e louvados no referido Relatório dos Auditores Independentes, concluíram que a mencionada documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015.

ANDRÉ DE SOSA VÉRRRI  
 FERNANDA ELIAS PORTO  
 LUIZ MANOEL CLARO SOARES



Ministério de  
**Minas e Energia**



[www.eletrobraspar.com](http://www.eletrobraspar.com)